



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA COSTA

**POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE
EM SUMÉ-PB**

**SUMÉ - PB
2024**

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA COSTA

**POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE
EM SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

SUMÉ - PB

2024



C837p Costa, Carlos Alberto Oliveira.
Política pública de inclusão social: um estudo de caso no Programa Primeira Chance em Sumé - PB. / Carlos Alberto Oliveira Costa. - 2024.

46 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Vulnerabilidade econômica. 2. Inclusão social. 3. Programa Primeira Chance. 4. Jovens - inclusão no mercado de trabalho. 5. Estudo de caso. 6. Política para jovens. I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II. Título.

CDU: 35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA COSTA

**POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE
EM SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva.
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 21 de maio de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força, saúde e determinação para prosseguir na caminhada e concluir este trabalho.

Agradeço aos meus familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram durante toda minha trajetória acadêmica. Meu pai, minha irmã, que me inspirou, incentivou e me ajudou durante a jornada do curso. É um agradecimento mais que especial a minha mãe, por ter me dado o dom da vida duas vezes, por nunca ter desistido de mim quando mais precisei e por sempre me incentivar nas minhas escolhas, todo esse trabalho dedico a você, mãe.

Um agradecimento especial para minha parceira de longas jornadas, onde hoje fomos honrados a compartilhar nossas vidas juntos, Gabriela Aguida, onde sempre estive e está nos meus melhores e piores momentos, sem faltar em nenhum momento amor, carinho e paciência. Agradeço por tudo, te amo muito.

Agradeço ao meu orientador Gilvan Dias de Lima Filho, por toda dedicação, paciência e conhecimentos compartilhados durante a elaboração desse trabalho. Suas valiosas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Agradeço também aos professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, que contribuíram imensamente para a minha formação acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço as minhas colegas, Dayane, Samara e Ana Luísa, por tornar tudo tranquilo nos momentos mais difíceis. O companheirismo e a troca de experiência foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

A todos, os meus sinceros muito obrigado!

RESUMO

As políticas públicas de inclusão social apresentam como disposição central a integração de segmentos sociais vulneráveis, ou seja, grupos com dificuldades no processo de socialização. Para isso, o governo deve dispor de ações que garantam verdadeiramente os direitos a todos as pessoas e a sustentação da democracia como regime político igualitário, especialmente, de oportunidades. Dentro desse contexto, este trabalho teve como objetivo principal analisar a execução das políticas públicas de inclusão do jovem no mercado de trabalho, a partir do estudo da implementação do Programa Primeira Chance no município de Sumé-PB. Em relação a metodologia, trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, se qualificando como bibliográfica. Os resultados demonstraram que o programa desenvolveu maior proatividade dos alunos na escola e aprimoramento para o mercado de trabalho. Como conclusão a pesquisa demonstra que apesar dos empecilhos, o programa obteve bons resultados para o município, escola e os participantes, além de identificar como as políticas públicas de inclusão social produtiva são eficientes para o desenvolvimento do jovem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Econômica; Inclusão Social; Programa Primeira Chance.

COSTA, Carlos Alberto Oliveira. **Public policy for social inclusion:** a case study of the first chance program in Sumé-PB. 2024. Degree in Public Management (Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Sumé – Paraíba – Brasil, 2024.

ABSTRACT

Public social inclusion policies have as their central provision the integration of vulnerable social segments, that is, groups with difficulties in the socialization process. To achieve this, the government must take actions that truly guarantee the rights of all people and the support of democracy as an egalitarian political regime, especially opportunities. Within this context, this work's main objective was to analyze the implementation of public policies for the inclusion of young people in the job market, based on the study of the implementation of the Primeira Chance Program in the municipality of Sumé-PB. Regarding methodology, it is a case study with a qualitative approach, descriptive and exploratory in nature, qualifying as bibliographic. The results demonstrated that the program developed greater student proactivity at school and improved access to the job market. In conclusion, the research demonstrates that despite obstacles, the program obtained good results for the municipality, school and participants, in addition to identifying how public policies for productive social inclusion are efficient for the development of young people in the job market.

Keywords: Economic Vulnerability; Social inclusion; First Chance Program.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos Participantes.....	28
Gráfico 2 - Nível Médio dos Participantes Durante o Estágio.....	29
Gráfico 2 - Nível Médio dos Participantes Durante o Estágio	29
Gráfico 4 - O Programa Primeira Chance contribuiu para o seu desenvolvimento profissional	30
Gráfico 5 - O Programa Primeira Chance ajudou você a adquirir habilidades relevantes para o mercado de trabalho?	31
Gráfico 6 - Como você pretende usar as experiências e aprendizados obtidos no.....	32
Gráfico 7 - Você acredita que o Programa Primeira Chance influenciará suas escolhas profissionais no futuro?	32
Gráfico 8 - Você acredita que o Programa Primeira Chance pode aumentar suas oportunidades de emprego no futuro?	33
Gráfico 9 - Quantidade de Parceiros por Cidade	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Influencia do Programa no Desempenho dos Alunos	22
Quadro 2 - Participação dos Alunos no Programa Primeira Chance	23
Quadro 3 - Impacto do Programa Primeira Chance sobre a Frequência Escolar	23
Quadro 4 - Benefícios Acadêmicos do Programa Primeira Chance	24
Quadro 5 - Resultado Tangível do Programa Primeira Chance para Formação do Aluno.....	24
Quadro 6 - Sincronia entre Escola e o Programa Primeira Chance	25
Quadro 7 - Desafios para Implementar o Programa Primeira Chance	25
Quadro 8 - Mudanças no Ambiente Escolar Decorrentes do Programa Primeira Chance.....	26
Quadro 9 - Mudanças na Gestão do Tempo Decorrentes do Programa Primeira Chance.....	26
Quadro 10 - Ajustes no Planejamento Decorrentes do Programa Primeira Chance	27
Quadro 11 - Avanço na Integralização do Programa Primeira Chance	27
Quadro 12 - Em relação a pergunta anterior, se sim, quais habilidades e conhecimentos você adquiriu durante sua participação no Programa Primeira Chance?	31
Quadro 13 - Quais sugestões você daria para melhorias no Programa Primeira Chance?.....	33
Quadro 14 - Relatos dos Participantes sobre o Programa Primeira Chance	34
Quadro 15 - Valor Arrecadado por Sumé-PB com o Programa Primeira Chance	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	INCLUSÃO SOCIAL.....	11
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL.....	13
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA.....	15
2.2.1	Plano nacional de formação profissional (PLANFOR).....	15
2.2.2	Programa nacional de primeiro emprego (PNPE).....	16
2.2.3	Programa empreendedorismo e responsabilidade social.....	16
2.2.4	Programa escola da fábrica.....	16
2.2.5	Programa nacional de inclusão jovem (PROJOVEM).....	17
2.2.6	Programa jovem aprendiz (PJA).....	17
2.3	PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE.....	18
2.3.1	Desenvolvimento do programa primeira chance.....	20
3	METODOLOGIA.....	22
4	PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	23
4.1	ENTREVISTA COM A COORDENADORA DOS ESTÁGIOS.....	23
4.2	ENTREVISTA COM A DIRETORA.....	26
4.3	QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS PARTICIPANTES.....	29
4.4	RELATOS DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA.....	35
4.5	DADOS DO PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICE - QUESTIONÁRIO COM OS ESTUDANTES QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA.....	44
	APÊNDICE - QUESTIONÁRIO COM A DIRETORA DA ESCOLA.....	45
	APÊNDICE - QUESTIONÁRIO COM A COORDENADORA.....	46

1 INTRODUÇÃO

A efetivação de políticas de inclusão social representa uma temática relevante para o setor público, pois sua aplicação por meio de programas governamentais geram a possibilidade de atenuação das discrepâncias materiais existentes e conseqüentemente a fomentação de níveis aceitáveis de equidade e justiça social. De modo prático, a inclusão social confere à pessoa humana posição jurídica de vantagem no acesso a um espaço político e social de oportunidades e proteção em distintos aspectos como educação e trabalho.

Dentre desse contexto, foi criado no ano de 2019 no estado da Paraíba, o Programa Primeira Chance, com a disposição de incentivar a criação de estágios em empresas parceiras e por conseguinte a primeira experiência profissional dos estudantes do Ensino Médio (EM) e egressos da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (REEP). Para isso o programa conta com uma rede de núcleos que funcionam para assessorar a interlocução entre empresas inscritas, instituições públicas e instituições de ensino em 83 municípios envolvidos. Sendo o programa direcionado para estudantes egressos ou regularmente matriculados nas terceiras séries das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas (ECIT), nas Escolas Profissionalizantes (EP) e nas segundas e terceiras séries do Ensino Médio (EM) nas modalidades regular de ensino ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Alinhado ao exposto, este trabalho teve como objetivo central analisar o impacto do Programa Primeira Chance no município de Sumé-PB, procurando entender como as políticas públicas voltadas à inclusão social se transformaram em resultados concretos no âmbito local, considerando para isso o número de empresas envolvidas e a quantidade de estágios gerados no período de funcionamento do programa.

Como justificativa, o Programa Primeira Chance foi selecionado por se configurar como uma política pública destinada a vincular a educação com o mercado de trabalho, estimulando assim a associação entre a formação acadêmica e profissional, proporcionando para jovens carentes motivação para a conclusão do ensino médio, treinamento profissional, acesso ao mercado de trabalho e apoio social para o enfrentamento das barreiras socioeconômicas.

Como configuração além da seção introdutório, o desenvolvimento deste estudo realizou uma análise da literatura pertinente, examinando conceitos-chave relativos a políticas públicas e inclusão social. Adicionalmente, foram empregados na metodologia instrumentos qualitativos e quantitativos para a coleta e análise de dados necessários a avaliação da efetividade do Programa Primeira Chance. Como desfecho foram expostos os resultados, as considerações finais e a bibliografia.

2 INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social tem se configurado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de oitenta do século XX, como fator impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas (MAZZOTA, D'ANTINO, 2011).

No aspecto conceitual, a inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Portanto, o sentido de inclusão social é restringir situações de coexistência negativas aos cidadãos fragilizados, sobretudo, social e economicamente (MUNDO EDUCAÇÃO, s.d).

De modo mais específico, a inclusão social é o conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, ou desagravo por sua cor de pele, orientação sexual, gênero ou limitação de poder aquisitivo (POLITIZE, 2019). Dessa forma, a inclusão social almeja proporcionar que todos os cidadãos tenham acesso aos direitos humanos basilares.

A discussão sobre inclusão social é de significativa importância para a sociedade contemporânea, por ter como aspectos o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social, o respeito as suas características (DELLANI, MORAES, 2012). Ao remeter a essas singularidades, a inclusão social vem como uma base de apoio, para colaborar com a construção sólida e eficiente das políticas públicas destinadas a inserção de pessoas excluídas.

Desse modo, ações voltadas a inclusão social se fazem basilares para que o governo possa garantir a igualdade e a justiça nas sociedades. Quando todos têm a oportunidade de participar plenamente, independentemente de quem são ou de suas habilidades, se torna possível o implemento de um ambiente coletivo mais diversificado e enriquecedor.

O objetivo das medidas de inclusão é proporcionar oportunidades iguais para todos, independentemente de classe social, gênero, raça ou outra circunstância socioeconômica (CNN BRASIL, 2023). Apesar desse propósito, pode ser observado uma divergência quando se fala em igualdade para todos, pois, nem todas as políticas públicas são voltadas de forma igualitária.

Existem atualmente inúmeros movimentos sociais que reivindicam da sociedade geral e do poder público a efetuação de uma real política de contrapeso às diferenças históricas e sociais constituídas no cerne da história da civilização moderna. Existem os movimentos feministas, raciais, de grupos homossexuais, de religiões africanas e outras, de portadores de necessidades especiais etc (MUNDO EDUCAÇÃO, s.d).

Cruz e Arruda (2014) relatam que a inclusão social no Brasil historicamente tem um contexto cultural e econômico complexo, onde em áreas como da educação era direcionada

apenas para uma parcela restrita da população, enquanto a mão-de-obra era predominantemente braçal e manual. Esse cenário tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando as transformações das estruturas sociais e sofrendo modificações legais e socioculturais, com o objetivo de alcançar uma realidade mais incluída e efetiva.

Para que a igualdade seja real, ela tem que ser relativa. Isto significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. Há que se enfatizar aqui, que tratamento diferenciado não se refere à instituição de privilégios, e sim, a disponibilização das condições exigidas, na garantia da igualdade. (ARANHA, 2004, p. 9).

Cruz e Arruda (2014) demonstram que no Brasil se vem estabelecendo diversos aspectos da inclusão social, alguns mais amplos como a inclusão digital e outros mais específicos como a inclusão do jovem no mercado de trabalho. Desse modo, o surgimento dessas inclusões, exprime que são necessárias políticas públicas, para que assim, o público alvo se torne incluído.

Ressalta-se que a inclusão é uma proposta, um ideal. Se almeja que a sociedade seja acessível e que dela todas as pessoas possam participar em igualdade de oportunidades. Logo, é preciso fazer desse ideal uma proposta viável (DELLANI, MORAES, 2014). Por isso, a proposta da inclusão social é permitir com suas políticas e práticas, acesso a recursos, serviços e oportunidades, visando dar oportunidades a todos e assim ter uma justiça social.

Dentro desse contexto, a inclusão social para os jovens tem como objetivo envolver a criação de oportunidades, que independente da sua origem socioeconômica, possam participar de forma ativa na vida comunitária, um bom acesso à educação, oportunidade de emprego e efetivação produtiva. A necessidade de implementação de políticas públicas é indispensável, pois, ao investir na inclusão dos jovens, o país promove a coesão social e garante que novas gerações mantenham o vigor dos recursos humanos da sociedade e permita a continuidade do progresso socioeconômico da nação.

Em termos individuais, a inclusão social não só impulsiona o crescimento pessoal e profissional dos jovens, mas também estabelece vínculos mais fortes na sociedade, contribuindo para um mundo mais justo e equilibrado.

Em resumo, a inclusão social é um elemento fundamental para o desenvolvimento integral dos jovens. Ela lhes proporciona oportunidades de crescimento pessoal, acadêmico e profissional, permitindo que seja explorado todo o potencial e contribuam de forma significativa para a comunidade onde vivem. Ao adotar uma abordagem inclusiva, as

sociedades podem colher os benefícios de uma coexistência harmoniosa e colaborativa, impulsionando o progresso e o bem-estar de todos os seus membros.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Políticas públicas são uma parte fundamental do funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade. Elas influenciam a maneira como os recursos e investimentos são alocados para fins específicos, com foco na melhoria da qualidade de vida da população (CNN BRASIL, 2023). Dentro desse contexto, as políticas públicas tem o papel de dar um alicerce para grupos que são devidamente afetados por diferentes motivos que causam a sua exclusão social.

Para Saravia e Ferrarezi (2006) as políticas públicas tratam de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade (excludente).

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação em uma determinada área ou segmento a longo prazo (Carvalho et al., 2003, p. 12). O Estado assume a obrigação de auxiliar esses grupos sociais que são afetados, criando políticas públicas de inclusão social e projetos para uma sociedade mais justa.

Para Pereira, as políticas públicas é uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. (Pereira, citada por Degennszajh, 2000: 59).

Portanto, o papel do Estado é fundamental na promoção da inclusão social, buscando garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso justo a oportunidades e recursos. Essas políticas públicas são projetadas para diminuir as desigualdades econômicas, educacionais e sociais, criando condições para que grupos marginalizados e pessoas vulneráveis possam participar de forma satisfatória da vida em comunidade.

Historicamente, a inclusão social no Brasil foi promovida, sobretudo, por meio de políticas públicas com caráter econômico, como o Programa Bolsa Família que no ano de 2023 beneficiou 21,18 milhões de pessoas diretamente, com média do benefício sendo de R\$ 677,88 e o governo federal gastando um total de R\$ 14,26 bilhões.

Todavia, em qualquer política pública não só os números são relevantes, mais três aspectos devem ser considerados: efetividade, eficácia e eficiência. A efetividade deve ser

compreendida a partir do sentido da existência de algo que se manifesta com efeito real. Já a eficácia, com o sentido de algo que produz o efeito desejado, o resultado esperado. Quanto à eficiência, ela tem associação direta com fatores econômicos, pois diz respeito à capacidade de realização com observância da relação custo-benefício (CARVALHO et al., 2003, p. 172).

Dentre os argumentos mais aceitos para explicar o crescimento do Brasil, Estão as chamadas políticas de inclusão social adotadas no país, nas últimas décadas, como meio eficaz de redução da pobreza e da desigualdade social. As propostas de inclusão social vêm atuando – principalmente, por meio de distribuição de renda – em articulação com as áreas de saúde, assistência social e educação; instituem, dentre outras coisas, a obrigatoriedade no cumprimento de determinadas condicionalidades por parte de seus/suas usuários/as, visando à ampliação das ações em saúde, ao acesso a direitos sociais e à profissionalização, e à diminuição da evasão e da repetência escolar (MEYER et al. 2014, p. 1002).

Existem diversos tipos de políticas públicas de inclusão social que têm como objetivo principal promover a equidade e a participação de todos os membros da sociedade. Estas políticas abrangem áreas como a educação inclusiva, garantindo acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais; programas de assistência social que oferecem suporte financeiro para famílias em situação de vulnerabilidade; medidas de acessibilidade urbana para tornar os espaços públicos acessíveis a pessoas com deficiência; iniciativas de inclusão digital, promovendo o acesso à tecnologia e à internet; e políticas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação, visando eliminar disparidades e promover oportunidades iguais para homens e mulheres. Todas essas políticas públicas desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No geral, deve ser compreendido que o conceito de inclusão seja uma proposição que serve a diferentes objetivos e interesses, que vão desde ideais humanitárias, passando pela formação de instituições que visam o melhor aprimoramento do Estado e ao atendimento de suas expectativas, como também a interesses individualizantes que se manifestam através da disposição e das ações dos agentes sociais que atuam em um campo historicamente constituído (CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003, p. 10).

Como decorrência se constata que as políticas públicas desempenham um papel vital na promoção da inclusão social, assegurando que todos tenham oportunidades e possam contribuir para o progresso da sociedade. Ao investir em educação, assistência social, acessibilidade urbana, inclusão digital e inserção no mercado de trabalho, o Estado está possibilitando a

formação de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, onde cada indivíduo tem a oportunidade de prosperar economicamente.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA

O estudo da dinâmica do desemprego entre os jovens é de suma importância para a definição de políticas públicas de emprego direcionadas a este nicho da sociedade (PADILHA, 2010, p. 23). Desse modo, conhecer políticas públicas que desempenham um papel fundamental no fomento da empregabilidade juvenil, contribui para a redução do desemprego e da exclusão social nessa faixa etária. Essas ações buscam equipar os jovens com as habilidades e competências necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho, promovendo sua autonomia financeira e sua integração socioeconômica.

Nas últimas décadas o Brasil implementou uma série de programas com essa finalidade, com destaque para: Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE), Programa Empreendedorismo e Responsabilidade Social, Programa Escola da Fábrica, Programa Nacional de Inclusão Jovem (PROJOVEM), Programa Jovem Aprendiz (PJA) e o Programa Primeira Chance.

2.2.1 Plano nacional de formação profissional (planfor)

Criado em 1995, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a finalidade de desenvolver ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego. Este plano, foi financiado com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (JORGE, 2018).

O PLANFOR conseguiu dar maior visibilidade aos jovens, pois estes eram considerados pelo governo federal como o grupo mais vulnerável. No entanto, por causa de inúmeras situações como: carga horária dos cursos ofertados, qualidade dos mesmos, e desarticulação com outras políticas, este plano ficou comprometido, não alcançando os objetivos estabelecidos (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

2.2.2 Programa nacional de primeiro emprego (PNPE)

No Brasil, diante desta perspectiva, o Governo Federal criou, em outubro de 2003, o Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) através da Lei 10.748/2003, mais tarde alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004 (PADILHA, 2010, p. 23).

Baseando-se no Art. 1º, o PNE tinha como finalidade, estabelecer:

Art. 1º. (...)

I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e

II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Art. 2º O PNPE atenderá jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior;

II – sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo, incluídas nesta média eventuais subvenções econômicas de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 11 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004)

III – estejam matriculados e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou que tenham concluído o ensino médio; e (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004)

IV – estejam cadastrados nas unidades executoras do Programa, nos termos desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 10.940, de 2004)

(...) (BRASIL, 2003).

2.2.3 Programa empreendedorismo e responsabilidade social

Este programa foi direcionado à criação de crédito para os jovens, através de uma linha especial, mas que tinha como requisito primordial uma qualificação através de uma capacitação. Isso dificultou o acesso dos jovens de baixa renda ao programa (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

2.2.4 Programa escola da fábrica

Esse é um programa constituído com uma teoria e prática, buscando, mais uma vez a inserção do jovem no mercado de trabalho. Por sua vez, o programa tinha parceria com empresas e Organização Não Governamentais (ONGs). O acompanhamento pedagógico, bem

como a sua supervisão e monitoramento, era de responsabilidade o Ministério da Educação (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

2.2.5 Programa nacional de inclusão jovem (PROJOVEM)

Diante dos resultados modestos apresentados pelos programas anteriores, o Governo Federal, em junho de 2008, editou a Lei 11.692/08, com uma série de adaptações ao PROJOVEM, anteriormente instituído pela Lei no 11.129, em junho de 2005. Tido naquele ano como um programa temporário, voltado a jovens entre 18 a 24 anos, sem vínculo empregatício anterior, com ensino fundamental incompleto e sem frequência escolar, a partir de 2008 o PROJOVEM passou a ser o principal programa federal voltado à inserção do jovem no mercado de trabalho (PADILHA, 2010, p. 26).

Dois anos depois, em 2007, ocorreu uma mudança no programa, onde foi criado o PROJOVEM Unificado, onde outros programas já existentes passaram a integrar um só, ou seja, PROJOVEM, Agenda Jovem, Escola da Fábrica, Juventude Cristã e Consócios Sociais da Juventude, que alterou a faixa etária dos jovens, classificando assim: adolescentes jovens de 15 a 17 anos; jovens-jovens de 18 a 24 anos; jovens adultos de 15 a 29 anos (COSTA; SILVA, 2019, p. 975).

2.2.6 Programa jovem aprendiz (PJA)

O PJA foi criado pela Lei 10.097 de 2000, sendo posteriormente ampliado pelo Decreto Federal nº 5.598 em 2005 (COSTA; SILVA, 2019, p. 976). Este foi um programa do Governo Federal que incentiva as empresas a contratarem os jovens contribuindo assim com a aprendizagem dos mesmos, bem como, potencializando o desenvolvimento do país.

Andrade, Santos e Jesus (2016, p.47), afirmam que:

O Programa Nacional de Aprendizagem é uma iniciativa do governo federal que, a partir de políticas públicas, visa inserir jovens maiores de 14 anos no mercado de trabalho, fazendo com que sejam criadas oportunidades para que estes jovens adentrem, desde cedo, no mercado de trabalho, buscando conciliar trabalho e estudo, conforme exigência das leis trabalhistas.

O PJA foi um programa do governo, que criou oportunidades para que os estudantes que cursavam o ensino médio ou já tinham concluído, pudessem ter a oportunidade do primeiro

emprego e assim, ser inseridos no mercado de trabalho adquirindo mais conhecimento prático e teórico (PROGRAMAS DO GOVERNO, 2018).

O PJA consolidou todos os demais programas que incluíam o jovem na relação escola-trabalho-formação, proporcionando-lhes uma formação técnico-profissional adequada bem como o desenvolvimento de habilidades e competências. (COSTA; SILVA, 2019, p. 977).

2.3 PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE

Em termos normativos, por meio da regulamentação da Medida Provisória nº 282 de 15 de abril de 2019, e em consonância com a Lei Estadual nº 10.700, de 31 de maio de 2016, foi instituído no estado da Paraíba o Programa Primeira Chance. Esse programa tem como objetivo promover o incentivo à concessão de estágio, conciliando o processo de aprendizagem com atividades de iniciação à prática profissional em instituições parceiras, proporcionando assim, a primeira experiência profissional.

Inicialmente voltado para alunos matriculados na terceira série das escolas cidadãs integrais técnicas e escolas profissionalizantes, foi posteriormente estendido para alunos egressos do ensino médio e, depois, para os alunos do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (ALENCAR et al. [s.d], p. 2).

O Programa Primeira Chance estabelece critérios para inscrição e objetivos claros para a integração e capacitação de estudantes e jovens qualificados no mercado de trabalho. Onde podem ser inscritos alunos da rede estadual de ensino, egressos e jovens qualificados por programas governamentais (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O programa tem como objetivos estimular a integração do estudante no mercado de trabalho, considerando a indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo educacional e profissional, buscando fomentar a integração eficiente dos estudantes no mercado de trabalho, destacando a necessidade de harmonização entre os conhecimentos teóricos adquiridos no ambiente educacional e a aplicação prática desses conhecimentos no contexto profissional. Essa abordagem visa preparar os estudantes para enfrentar desafios reais e contribuir de forma significativa para o ambiente profissional (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

Na sua estrutura, o programa traz a possibilidade dos estudantes terem acesso a estágios obrigatórios ou não-obrigatórios, de acordo com as diretrizes curriculares e o projeto pedagógico do curso no qual estão matriculados, conforme previsto na Lei Nacional 11.788/2008. Essa abordagem visa alinhar a formação teórica dos estudantes com experiências

práticas, permitindo que adquiram habilidades e competências relevantes para o mercado de trabalho enquanto estão ainda em formação acadêmica (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

Promove oportunidades de aprendizagem profissional em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo regras para a contratação de jovens aprendizes, visando criar oportunidades para que os jovens tenham uma aprendizagem profissional de acordo com o ordenamento jurídico do país, ou seja, em conformidade com a legislação vigente (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O programa busca incentivar a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica por meio de práticas profissionais, estágios e iniciação em instituições educacionais, incluindo a própria rede estadual de educação básica. Tal abordagem busca sincronizar o conhecimento teórico adquirido durante a formação acadêmica com as demandas e realidades práticas do sistema educacional, preparando assim os estudantes de maneira mais abrangente para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir de forma mais efetiva para a melhoria do cenário educacional (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O programa desenvolve ações de acompanhamento e mentoria para alinhar os projetos de vida dos beneficiários ao mercado de trabalho e às competências exigidas no século XXI. Buscando fornecer suporte personalizado para capacitar os indivíduos a desenvolverem as habilidades necessárias, tanto profissionais quanto pessoais, para se destacarem e prosperarem em suas trajetórias profissionais e na sociedade contemporânea (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O programa também fomenta a elaboração de ações relacionadas à inserção de jovens no mundo do trabalho, como bolsas, contratos de estágio, aprendizagem ou ocupação formal. Isso envolve a implementação de bolsas de estudo, acordos de estágio, programas de aprendizagem e oportunidades formais de ocupação. Essas medidas visam capacitar os jovens com experiência prática e habilidades relevantes para uma transição eficaz e bem-sucedida para o cenário profissional (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O programa igualmente contribui para a atualização dos currículos dos cursos de educação técnica da Rede Estadual de Ensino por meio da interação com o setor produtivo. Essa interação permite a incorporação de perspectivas, práticas e conhecimentos atualizados, diretamente alinhados às demandas e dinâmicas do mercado de trabalho contemporâneo, enriquecendo assim a formação dos estudantes e aumentando sua empregabilidade e relevância no cenário profissional (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

Por fim, o Programa Primeira Chance busca contribuir com outros programas, como o Programa de Educação Profissional e Tecnológica (ParaíbaTEC), conforme estabelecido na Lei Estadual nº 10.700/2016, se alinhando às diretrizes estaduais de educação profissional. Esse

objetivo consiste em cooperar com as metas e diretrizes do ParaíbaTEC, conforme delineado pela Lei Estadual nº 10.700/2016, de modo a alinhar as ações do Programa Primeira Chance às diretrizes estaduais estabelecidas para a educação profissional. Essa abordagem visa garantir uma sincronia e coesão entre os programas educacionais voltados para o desenvolvimento profissional dos estudantes na Paraíba, promovendo uma formação mais eficaz e síncrona com as demandas dos mercados de trabalhos locais e estadual (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

2.3.1 Desenvolvimento do programa primeira chance

O Programa Primeira Chance é uma iniciativa que visa criar oportunidades significativas através de um conjunto específico de ações. Estas medidas, embora delineadas, são flexíveis o suficiente para se adaptarem conforme necessário para garantir o alcance efetivo de seus objetivos (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O desenvolvimento do programa consiste em alcançar objetivos, como a disponibilização de um Banco de Talentos que consiste em criar um sistema que contenha os currículos de estudantes que se formaram na Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Esses currículos detalham as competências e habilidades dos estudantes, os quais foram qualificados por programas governamentais do estado. Essa iniciativa busca facilitar o acesso desses talentos ao mercado de trabalho e a gerar oportunidades profissionais (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

Buscando o incentivo do participante, é realizada a concessão de bolsas significativas, fornecendo apoio financeiro aos beneficiários do programa para que possam atuar em setores específicos e de interesse formativo no contexto do desenvolvimento da educação profissional. Isso implica em proporcionar oportunidades práticas para que os beneficiários apliquem e aprimorem suas habilidades em áreas relacionadas à sua formação profissional, contribuindo assim para o desenvolvimento pessoal e para o avanço do cenário educacional voltado para a profissionalização (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

A supervisão e avaliação continuada dos beneficiários inseridos em atividades por meio do Programa Primeira Chance se referem a um processo sistemático e contínuo de acompanhamento e análise do desempenho e progresso dos participantes. Esse processo é conduzido de forma regular e abrangente, com o objetivo de monitorar a eficácia das atividades desenvolvidas, identificar áreas de melhoria e garantir que os objetivos estabelecidos pelo programa sejam alcançados de maneira eficiente. Isso implica na utilização de metodologias e ferramentas adequadas para coletar dados, realizar análises periódicas e tomar decisões embasadas para otimizar o impacto e os resultados do programa (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

O acompanhamento da formação por meio da ação de mentoria denominada “Linha de Chegada” constitui um processo organizado e estruturado de suporte e orientação, no qual mentores capacitados assumem a responsabilidade de acompanhar e guiar os beneficiários do programa em seu percurso educacional e profissional. Essa forma de mentoria é designada especificamente para oferecer um apoio personalizado, fornecendo orientações práticas, conselhos especializados e recursos necessários para auxiliar os participantes a alcançarem seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento profissional (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

A formalização de acordos de cooperação e convênios com agentes de integração, associações, empresas, cooperativas e outras organizações setoriais, empresariais ou de trabalhadores para atuação no Programa Primeira Chance se refere ao processo oficial de estabelecer parcerias institucionais entre o programa e diversas entidades públicas e privadas. Essas parcerias têm como objetivo colaborar e fortalecer a execução do programa, facilitando a criação de oportunidades de emprego, estágio, formação e aprimoramento profissional para os participantes (DIÁRIO OFICIAL PB, 2019).

A expectativa do Programa Primeira Chance é consoante à expressa pela OECD (2021), de que o ensino técnico ajude a engajar e manter os alunos na escola, melhorando seu desempenho escolar, sua produtividade e, conseqüentemente, seus resultados futuros no mercado de trabalho (ALENCAR et al. [s.d], p. 2).

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, para investigar a efetividade das políticas públicas de inclusão social, com foco no Programa Primeira Chance implementado no município de Sumé- PB. Em termos de composição, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas principais.

Na primeira etapa foi realizada uma revisão da literatura pertinente, em artigos, livros e revistas, abordando conceitos e abordagens teóricas sobre políticas públicas de inclusão social, inclusão produtiva, programas de inclusão social e informações da efetividade dessas políticas. Essa etapa visa fundamentar teoricamente a análise do objeto de estudo.

Na segunda etapa foi promovido a coleta de dados por meio de múltiplas fontes, a fim de obter uma compreensão abrangente do objeto de estudo. Nessa etapa foram utilizadas técnicas como análise de documentos, relatórios e registros relacionados ao Programa Primeira Chance. Além disso, foram realizadas entrevistas individuais diretas e indiretas na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual (ECITE) José Gonçalves de Queiroz, com.

- Coordenadora: Aplicação de questionário direto almejando averiguar os impactos (desempenho e frequência), a participação e os benefícios pedagógicos para os discentes decorrente da parceria entre a escola e o Programa Primeira Chance;
- Direção: Aplicação de questionário direto objetivando constatar as mudanças gerados pelo Programa Primeira Chance na cultura e no ambiente escolar, suas consequências para os professores, disciplinas, horário de funcionamento e calendário acadêmico, bem como, os desafios impostos para a implementação da parceria entre escola e programa;
- Alunos: Aplicação de questionário indireto (para cada participante) com o intuito de compreender como o programa impactou em sua trajetória acadêmica e profissional, bem como para entender suas perspectivas com o programa.

Na última etapa foram integralizados os dados coletados, possibilitando a apreciação por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões, temas e categorias relevantes. Nessa etapa foi realizada a triangulação dos dados obtidos pelas diferentes fontes, a fim de aumentar a confiabilidade e validade dos resultados.

4 PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Nessa sessão, foram abordados os dados sobre os impactos do Programa Primeira Chance, uma iniciativa voltada para o desenvolvimento de inserção no mercado de trabalho de estudantes de escolas públicas no estado da Paraíba.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com a diretora e a coordenadora responsável pelo programa na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual (ECITE) José Gonçalves de Queiroz, sendo complementada com a aplicação de questionários aos alunos do mesmo estabelecimento de ensino envolvidos com o programa.

As entrevistas com a equipe gestora buscaram compreender os objetivos, a estrutura e a implementação do Programa Primeira Chance, além de obter informações sobre o desempenho escolar e a inserção profissional dos estudantes atendidos. Já o questionário aplicado aos alunos visou coletar suas percepções e opiniões sobre os benefícios e desafios enfrentados durante sua participação no programa.

4.1 ENTREVISTA COM A COORDENADORA DOS ESTÁGIOS

No quadro 1 a coordenadora relata a importância de se dedicar não apenas a uma área (estudo ou profissionalização), mas sim incluir ambas como de suma importância, de modo que uma auxilie a outra. Para isso, a ECITE José Gonçalves de Queiroz oferece aos alunos o Curso de Serviços Gerais, onde ocorre a preparação (formação técnica inicial) do jovem para o mercado de trabalho.

Quadro 1 - Influência do Programa no Desempenho dos Alunos

PERGUNTA	RESPOSTA
Como o Programa Primeira Chance influenciou o desempenho acadêmico dos alunos?	<p><i>“... deixamos claro que para realizar os estágios, não bastava apenas ser uma pessoa comunicativa, mas também ser um bom aluno, para desenvolver suas atividades no estágio...”</i></p> <p><i>“... após o estágio, houve relatos, sobre como a preparação aplicada na escola é de grande importância para o desenvolvimento de atividades...”</i></p>

Fonte: Autor, 2024.

De modo geral, foi constatado pela coordenação da escola que os alunos que passaram pela formação do Curso de Serviços Gerais, apresentaram menor dificuldade para o desenvolvimento das atividades durante o estágio vinculado ao Programa Primeira Chance, uma vez que já apresentavam as noções básicas exigidas para desempenhar as funções disponibilizadas pelas empresas parceiras.

Em termos de envolvimento, a procura dos alunos foi acima das vagas disponibilizadas pelo programa, ou seja, o desejo de participação dos discentes superou as expectativas da escola em seu primeiro ano de parceria com o Programa Primeira Chance.

Como justificativa, a escola considerou o contexto em que está envolvida, no qual por ser a única escola estadual do município, foi contabilizado um elevado número de estudantes, impossibilitando fazer a inclusão de todos. Além disso, por se tratar do primeiro ano de aplicação de programa na escola, não foi possível vislumbrar a demanda efetiva existente (pois, não havia nenhum parâmetro anterior).

Quadro 2 - Participação dos Alunos no Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Qual foi a taxa de participação dos alunos no Programa Primeira Chance e como isso se refletiu em sua motivação e engajamento?	<i>“... não tínhamos vagas para todo mundo, eram limitadas por empresas. Então tivemos 34 entrevistas e apenas 16 estagiários, então nesse momento foi deixado bem claro que estariam concorrendo um com o outro, desse modo, amadurecendo os participantes...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Buscando uma solução justa para o problema, a equipe pedagógica expõe a discrepância entre a procura (dos alunos) e a oferta (vagas de estágio) para toda a comunidade acadêmica, buscando realizar a seleção da forma mais transparente e respeitosa, inclusive considerando para o processo de escolha, todas as normas inclusas pelo programa estadual.

Quadro 3 - Impacto do Programa Primeira Chance sobre a Frequência Escolar

PERGUNTA	RESPOSTA
Houve alguma melhoria perceptível na frequência dos alunos desde a implementação do programa?	<i>“...em alguns casos sim e outros não, pois ocorreram casos onde alguns por terminarem o estágio, achavam que não precisava mais frequentar a escola, pois já teriam se formado. Também teve casos de pessoas mais desinteressadas, onde tivemos que pegar no pé, pois algumas vezes acontecia do aluno ir apenas para o estágio, mas não frequentava as aulas...”</i> <i>“...mas no contexto geral, a maioria dos alunos se sentiam motivados a participar, tanto do estágio, quanto das aulas...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Por ser um programa novo (2019), e por ter sido implementado na ECITE José Gonçalves de Queiroz apenas no ano de 2023, os impactos do Programa Primeira Chance ainda estão em avaliação. Todavia, como um dos pré-requisitos do estágio é a continuação do aluno

na escola, os indicadores de frequência foram mantidos, inclusive apresentando uma tendência de alta.

Sobre o desempenho acadêmico, foi relatado pela coordenação da escola que 90% dos alunos que participaram do programa, passaram a se sentirem mais motivados e instigados a participarem das disciplinas e a desenvolver mais habilidades com as atividades preparatórias desenvolvidas em sala de aula.

Quadro 4 - Benefícios Acadêmicos do Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Quais são os principais benefícios que a equipe pedagógica observou nos alunos participantes do Programa Primeira Chance?	<i>“...o empenho em sala de aula, como eles estavam concorrendo a vaga, todos passaram a se empenhar bem mais, alunos que não eram tão dedicados, viraram a chave e acabaram conseguindo a vaga para estagiar...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Como complemento ao exposto anteriormente (quadro 4), o empenho dos alunos foi o ponto que mais chamou a atenção da equipe pedagógica, pois, foi motivada ainda durante o processo seletivo. A princípio, por se tratar de uma “competição” por vagas, a coordenação tinha a visão que os alunos não se sentiram instigados a participarem, por ter que traçar uma trajetória mais difícil. Porém, essa visão foi totalmente contrariada, uma vez que os alunos se empenharam bastante, de modo que dificultou a escolha dos aprovados (foram entrevistados 34 alunos e apenas 16 foram selecionados).

Quadro 5 - Resultado Tangível do Programa Primeira Chance para Formação do Aluno

PERGUNTAS	RESPOSTA
Houve algum impacto tangível na preparação dos alunos para a transição para o próximo nível educacional ou para o mercado de trabalho após participarem do programa?	<i>“...nós ofertamos a disciplina de pós médio, onde é realizado um mapeamento com os interesses futuros dos alunos, seja na vida acadêmica ou no mercado de trabalho, desse modo, orientamos os alunos da melhor forma, para que tenham um certo rumo...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Sobre o impacto tangível na preparação dos alunos para a transição para o próximo nível educacional ou para o mercado de trabalho após participarem do Programa Primeira Chance, a coordenação acenou de forma positiva. Salientando, inclusive que para que o aluno não saia sem uma orientação sobre seu futuro, a ECITE José Gonçalves de Queiroz oferta a disciplina de Pós-Médio, disciplina essa que aborda temas sobre cada área de desenvolvimento profissional e mercado de trabalho, o Pós-Médio também auxilia os alunos com datas e inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O intuito é orientar o aluno a progredir e passar conhecimento sobre a sua área de escolha futura.

Por fim, sobre a existência de sinergia entre o Programa Primeira Chance e a ECITE José Gonçalves de Queiroz, foi destacado pela coordenação que no contexto geral, a própria procura dos alunos demonstrou o *feedback* positivo alcançado no primeiro ano (2023) da parceria.

Quadro 6 - Sincronia entre Escola e o Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Como o Programa Primeira Chance se alinha aos objetivos e valores da escola em termos de desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos?	<i>“... todos tem o dever de ter bons desempenho na escola e no estágio, houve casos de o aluno ser ótimo em sala de aula, mas no estágio não se saiu tão bem, como também aconteceu ao contrário, então a gente trabalha em cima disso, para que não prejudique os valores da escola e nem o desenvolvimento do aluno...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Todavia, sobre o aspecto individual existem situações distintas, pois, foi observado durante esse período, que há situações em que um aluno demonstra excelência acadêmica em sala de aula, porém, seu desempenho no ambiente de estágio não é tão satisfatório, assim como há casos inversos. Diante disso, esforços futuros serão direcionados para lidar com essa discrepância, visando evitar que ela comprometa os valores da instituição educacional e o progresso individual do aluno.

4.2 ENTREVISTA COM A DIRETORA

Sobre a execução do Programa Primeira Chance, a direção da ECITE José Gonçalves de Queiroz pondera que a formação da equipe ainda é o grande desafio, uma vez que para se alcançar um melhor desempenho e melhores resultados, se faz necessária uma formação específica do programa e dos cursos oferecidos para a equipe técnica (ou seja, toda a equipe envolvida).

Quadro 7 - Desafios para Implementar o Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Quais foram os principais desafios encontrados pela escola ao implementar o Programa Primeira Chance e como foram abordados?	<i>“... tanto o Programa Primeira Chance e os cursos da base técnica são novidades, então estamos aprendendo junto com os estudantes. A gente ainda não teve uma formação de como será a situação e como irá funcionar, tivemos apenas encontros e reuniões de como é a base do Programa Primeira Chance...”</i>

	<i>“...nosso principal desafio é a formação, nossa equipe técnica, ainda não tem essa formação nos cursos técnicos e no programa primeira chance...”</i>
--	--

Fonte: Autor, 2024.

A secretária de educação do estado da Paraíba ofertou reuniões e palestras, porém a gestão escolar sente essa ausência por parte da secretaria, de uma capacitação do corpo técnico, para ter-se um melhor desenvolvimento do programa na escola.

Quadro 8 - Mudanças no Ambiente Escolar Decorrentes do Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Houve alguma mudança perceptível na cultura escolar e no ambiente de aprendizagem devido à participação no Programa Primeira Chance?	<i>“...houve sim, notamos que os alunos dos ensinios anteriores (1º e 2º) tem um olhar diferente para o programa, um olhar de expectativa, quem hoje em dia não quer ter sua primeira chance no mercado de trabalho? Então quando se percebe que o programa dar a oportunidade de estudar, ter a experiência e possivelmente ser efetivado, atrai bons olhos, com grandes expectativas...”</i> <i>“...devido a essas oportunidades, a gente ver um ambiente diferente, um interesse maior, de participar dos cursos técnicos, de participar do programa...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

O ponto mais perceptível é o interesse dos alunos das séries anteriores que ainda não dispõe das vagas do programa primeira chance, pois só ver os demais colegas tendo essa oportunidade, esse incentivo e essas experiências, estimularam esses alunos a ser mais participativos e dedicados.

Isso não se reflete apenas aos alunos das séries anteriores, mas sim aos participantes e atuantes do programa primeira chance, pois ao participar dessa nova experiência, induz o aluno a se aprofundar mais na zona de conhecimento.

Quadro 9 - Mudanças na Gestão do Tempo Decorrentes do Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Houve mudanças na gestão do tempo e recursos dos professores para acomodar as atividades e demandas do Programa Primeira Chance?	<i>“...toda questão da gestão do tempo, ela é cronometrada, organizada e sistematizada. Desde aos professores, que são participativos no desenvolvimento do programa, para com os alunos também, o segundo semestre ele é totalmente diferente do primeiro para as turmas de 3º ano, pois eles têm um tempo organizado para realizar suas atividades escolares, estudar para o Enem, realizar o estágio e realizar relatórios, tudo isso sistematizado com a grade curricular da escola...”</i>

Fonte: Autor, 2024.

A importância da gestão do tempo é ressaltada tanto para professores quanto para alunos. Destaca-se o envolvimento ativo dos professores no desenvolvimento do programa,

sugerindo um ambiente propício à organização das atividades. A diferenciação entre semestres, especialmente para alunos do terceiro ano, evidencia a necessidade de adaptação e organização conforme as demandas acadêmicas aumentam ao longo do ano.

A integração das atividades com a grade curricular demonstra que a gestão do tempo não é vista isoladamente, mas como parte integrante do planejamento educacional. Essa discussão ressalta a importância de estratégias eficazes para garantir o cumprimento das atividades de forma organizada e produtiva, contribuindo para um ambiente escolar mais eficiente e propício ao aprendizado.

Quadro 10 - Ajustes no Planejamento Decorrentes do Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
O Programa Primeira Chance exigiu ajustes significativos no planejamento escolar, como horários, calendários ou programas específicos?	<p><i>“...necessitamos, a equipe técnica tem seus horários reduzidos, para que dessa forma eles possam realizar as monitorias dos alunos, correções de estágios e etc...”</i></p> <p><i>“...todo calendário ele precisou ser readaptado, então recebemos as orientações de como fazer isso, como o que fazer em cada dia, a carga horária, tempo de planejamento, execução de programa e etc., para que desse modo tenha-se um público de interesse no mercado de trabalho, para conseguir incluir os jovens...”</i></p>

Fonte: Autor, 2024.

Discute-se a necessidade de reduzir os horários da equipe técnica para permitir que eles realizem atividades como monitorias de alunos e correções de estágios, entre outras tarefas. Isso implica em uma readaptação do calendário, seguindo orientações sobre o que fazer em cada dia, a carga horária, tempo de planejamento e execução de programas.

O objetivo é garantir que haja um público de interesse no mercado de trabalho e facilitar a inclusão dos jovens. Essa discussão ressalta a importância de uma gestão eficiente do tempo e do planejamento cuidadoso das atividades para alcançar os objetivos estabelecidos.

Quadro 11 - Avanço na Integralização do Programa Primeira Chance

PERGUNTA	RESPOSTA
Quais são os planos futuros da escola para integrar ainda mais os benefícios e aprendizados do Programa Primeira Chance na estrutura e planejamento educacional?	<p><i>“...queremos dobrar a meta desse ano, como conseguimos 19 estudantes aprovados no projeto esse ano (2023), se a gente conseguiu que 19 famílias fossem beneficiadas, então enxergamos apenas benefícios, então queremos a extensão de mais pessoas, para quem tenham a experiência de participar do programa...”</i></p>

Fonte: Autor, 2024.

O desejo de dobrar a meta estabelecida para o ano em curso, mencionando que foram obtidas 19 aprovações de estudantes no projeto até o momento. Além disso, destaca que 19

famílias foram beneficiadas, o que é visto como uma conquista positiva. A partir desses resultados, a equipe considera que há apenas benefícios decorrentes do programa e, portanto, deseja estender sua abrangência para que mais pessoas tenham a oportunidade de participar e vivenciar essa experiência.

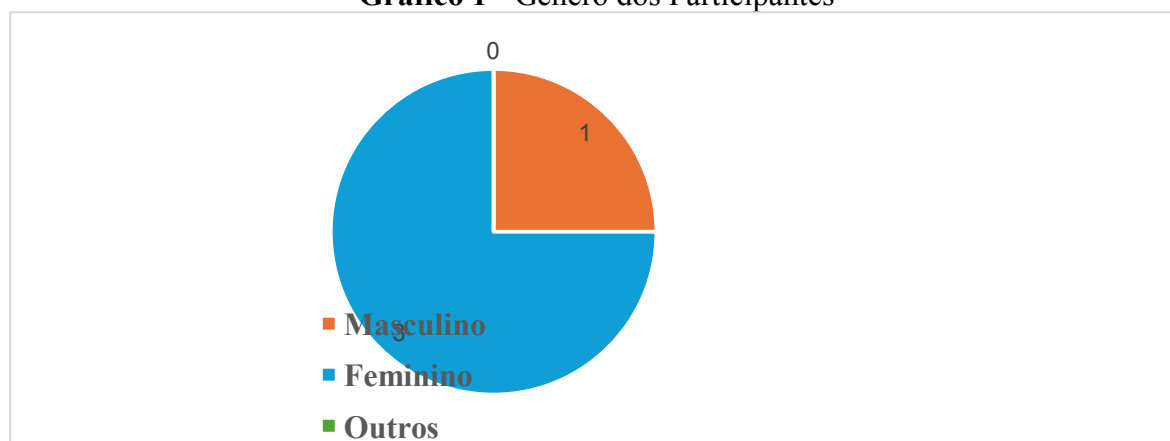
Essa discussão reflete uma mentalidade de crescimento e busca por impacto positivo, evidenciada pelo desejo de ampliar os beneficiários do programa. A ênfase nos resultados alcançados até o momento, como as aprovações dos estudantes e os benefícios para as famílias, serve como motivação para expandir o alcance do programa e proporcionar essa experiência enriquecedora a um público maior. Essa estratégia de ampliação também pode contribuir para fortalecer a reputação e a eficácia do programa, ao demonstrar seu impacto positivo e a capacidade de cumprir metas desafiadoras.

4.3 QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS PARTICIPANTES

Nessa seção será abordado os gráficos e tabelas sobre experiências desenvolvidas dos estudantes nos estágios e suas visões em relação ao programa. O questionário foi disponibilizado para os 16 alunos que participaram do Programa Primeira Chance, no município de Sumé, no ano de 2023. Todavia, apenas 4 responderam, o que gerou uma amostra aleatória de 25% do total da população.

Em termos de gênero, a mostra foi composta 3 pessoas que se identificam como do sexo feminino e 1 do sexo masculino, o que se assemelha ao próprio perfil da população, composta majoritariamente por meninas.

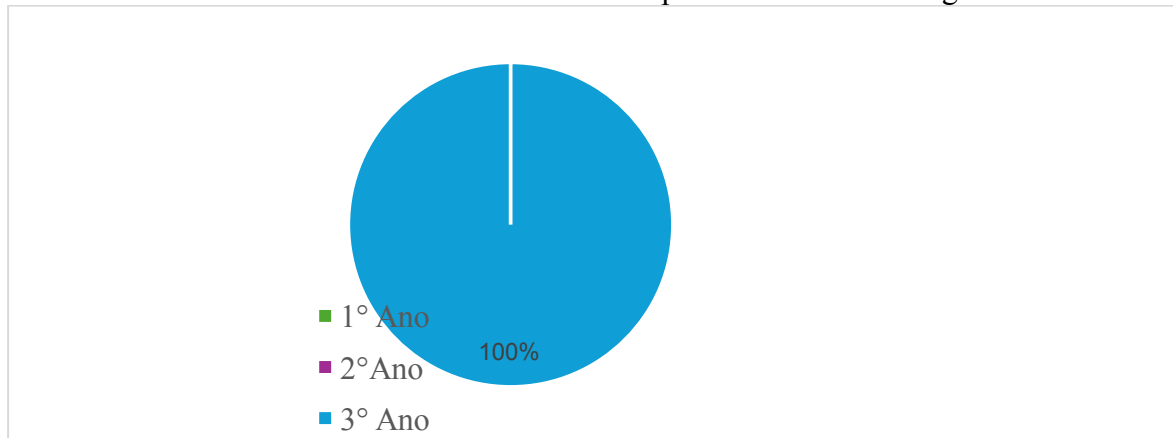
Gráfico 1 - Gênero dos Participantes



Fonte: Autor, 2024.

Em relação a formação, todos os discentes que participaram dos estágios promovidos pelo Programa Primeira Chance, estavam cursando o ensino médio, especificamente no 3º ano. Fato também em consonância com o perfil priorizado pela ECITE José Gonçalves de Queiroz, para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o primeiro ano de parceria (2023).

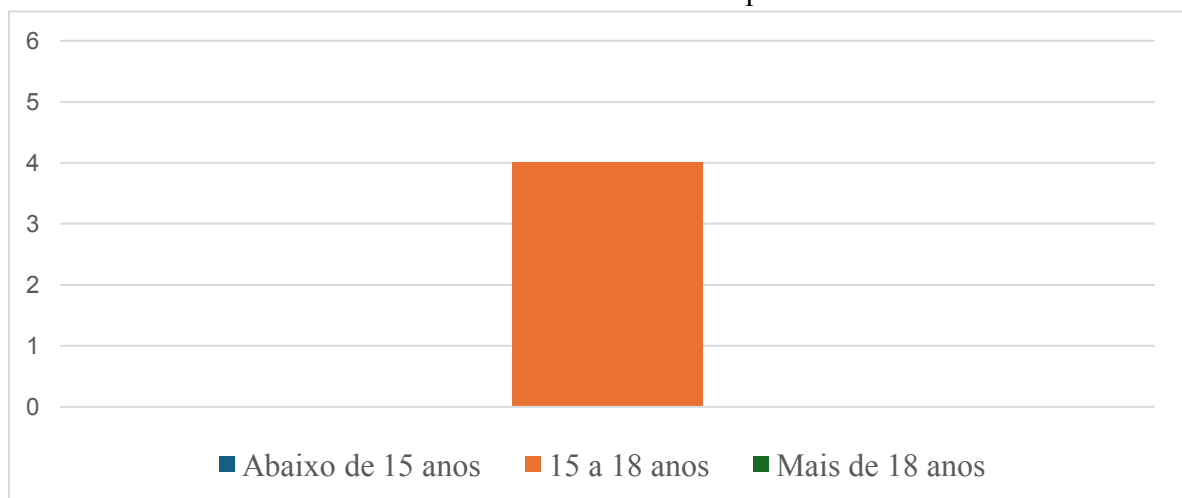
Gráfico 2 - Nível Médio dos Participantes Durante o Estágio



Fonte: Autor, 2024.

Como os alunos selecionados estavam todos no 3º ano de ensino médio, e não existe na escola uma elevada distorção série-idade, a faixa etária prevalecte foi entre 15 a 18 anos, mais especificamente entre 17 a 18 anos.

Gráfico 3 - Idade dos Participantes

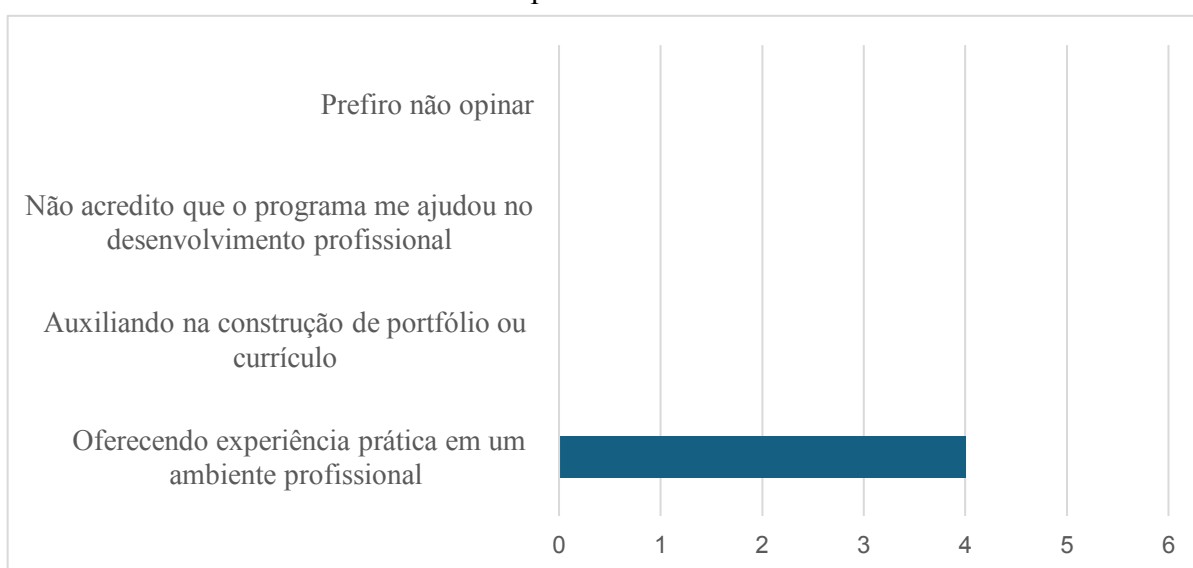


Fonte: Autor, 2024.

Em termos de contribuição, de forma unânime, todos os alunos selecionados afirmaram que o Programa Primeira Chance contribuiu para o seu desenvolvimento profissional oferecendo experiência prática em um ambiente profissional, o que reflete um entendimento

compartilhado da importância dessa política pública. Esse consenso indica um reconhecimento coletivo de que a teoria precisa ser complementada pela prática para um aprendizado mais eficaz e completo. Ao optar por essa modalidade, os participantes demonstram um compromisso com o desenvolvimento de habilidades tangíveis e aplicáveis, preparando-se de forma mais sólida para os desafios e exigências do mercado de trabalho. Essa escolha unânime também destaca a valorização do aprendizado experiencial como um meio relevante de aprimoramento pessoal e profissional, enriquecendo não apenas o conhecimento, mas também a capacidade de adaptação e resolução de problemas.

Gráfico 4 - O Programa Primeira Chance contribuiu para o seu desenvolvimento profissional?



Fonte: Autor, 2024.

Quando indagados aos alunos se o programa ajudou a adquirir habilidades relevantes para o mercado de trabalho, todos concordaram que o programa foi fundamental para adquirir habilidades relevantes para o mercado de trabalho. Essa unanimidade reflete a eficácia do programa em proporcionar uma experiência prática e direcionada, contribuindo significativamente para o desenvolvimento profissional dos participantes.

Ao reconhecerem a importância dessas habilidades adquiridas, os respondentes validam não apenas a abordagem do programa, mas também a sua própria capacidade de aplicar o conhecimento de forma eficiente em um ambiente profissional. Essa convergência de opiniões destaca a relevância e o impacto positivo do Programa Primeira Chance na preparação e qualificação dos indivíduos para o mercado de trabalho atual.

Gráfico 5 - O Programa Primeira Chance ajudou você a adquirir habilidades relevantes para o mercado de trabalho?



Fonte: Autor, 2024.

No quadro abaixo, os questionados relataram as habilidades que foram desenvolvidas no decorrer dos estágios pelos estudantes. De forma objetiva, foram destacadas experiências e aptidões com: trabalho em equipe, convivência em grupo, atendimento ao público, aperfeiçoamento na comunicação e o uso de conhecimento contábil.

Quadro 12 - Em relação a pergunta anterior, se sim, quais habilidades e conhecimentos você adquiriu durante sua participação no Programa Primeira Chance?

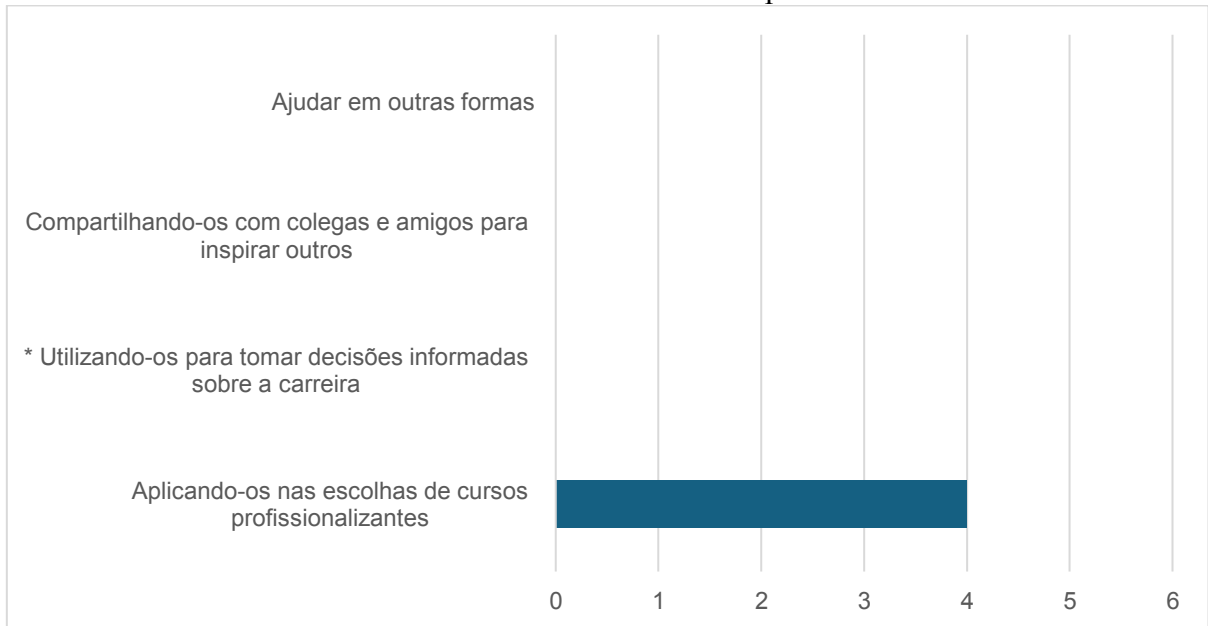
Participante	RESPOSTA
Participante 1	<i>“Interação com o público, contabilidade, etc...”</i>
Participante 2	<i>“Trabalho em equipe, lidar com o público”</i>
Participante 3	<i>“Durante esse período de estágio pude adquirir experiências incríveis e melhorar na comunicação e possuir uma facilidade em trabalho de equipe.”</i>
Participante 4	<i>“Trabalhando em equipe, fazer tarefas requeridas”</i>

Fonte: Autor, 2024.

Com relação a aplicação dos aprendizados obtidos com o estágio, todos os participantes mencionaram querer aplicar na continuação de sua formação em cursos profissionalizantes. Esse consenso revela uma compreensão coletiva da importância da continuação dos estudos ao longo da vida, bem como da importância da formação acadêmica profissionalizante.

Ao optarem por essa opção, os respondentes demonstram também um compromisso com a integração entre teoria e prática, reconhecendo que a experiência direta é fundamental para o desenvolvimento de habilidades relevantes e para uma transição mais tênue para o ambiente profissional.

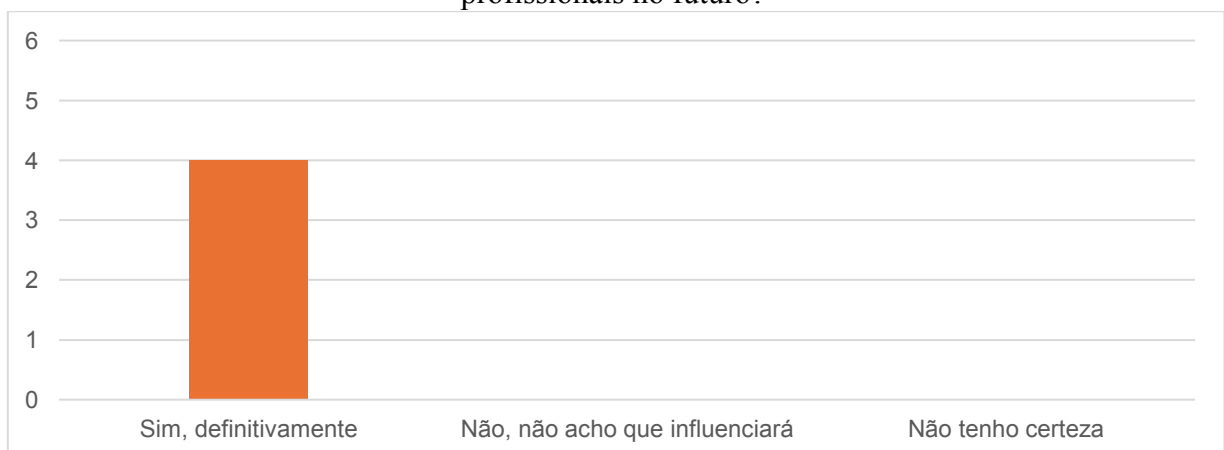
Gráfico 6 - Como você pretende usar as experiências e aprendizados obtidos no Programa Primeira Chance em sua vida educacional e profissional futura?



Fonte: Autor, 2024.

Com relação ao impacto do programa nas escolhas futuras dos participantes, a resposta unânime foi que “sim, definitivamente”. A exclusividade dessa resposta reflete o reconhecimento coletivo do valor e do impacto significativo que o programa teve em suas perspectivas de carreira. Ao afirmarem essa influência, os respondentes destacam a importância das experiências práticas e aprendizados adquiridos durante o programa, reconhecendo-os como catalisadores para decisões informadas e alinhadas com suas aspirações profissionais. Essa convergência de opiniões evidencia a eficácia do Programa Primeira Chance em inspirar e orientar os participantes em suas trajetórias profissionais futuras.

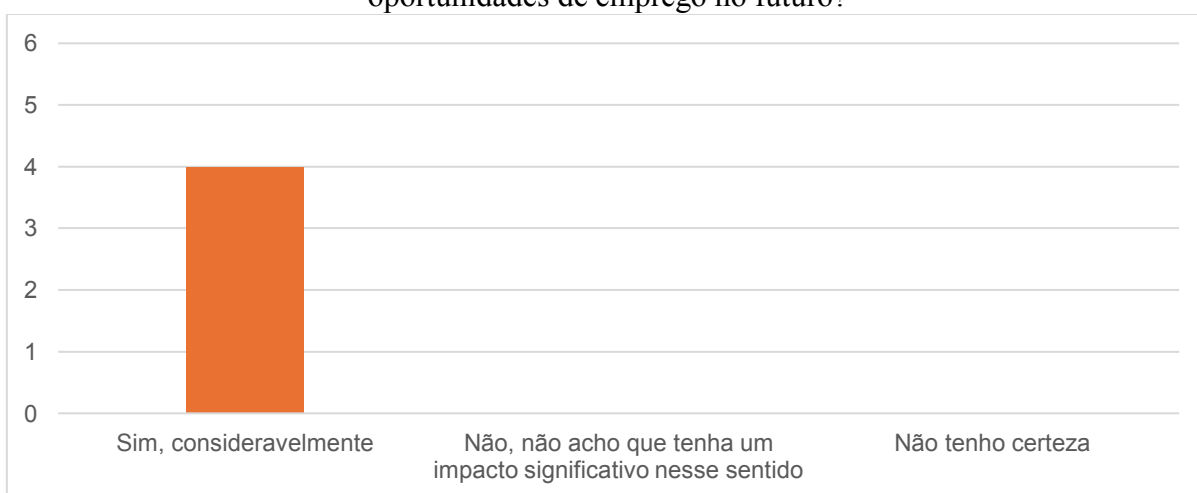
Gráfico 7 - Você acredita que o Programa Primeira Chance influenciará suas escolhas profissionais no futuro?



Fonte: Autor, 2024.

Sobre a ampliação das oportunidades decorrentes da participação no programa, todos concordam que o Programa Primeira Chance pode aumentar suas oportunidades de emprego no futuro. Essa resposta unificada reflete a confiança e o reconhecimento coletivo do impacto positivo que o programa tem na preparação e qualificação dos participantes para o mercado de trabalho. Ao afirmarem essa crença, os respondentes demonstram uma compreensão profunda da importância da experiência prática e do aprendizado adquirido no programa para aprimorar suas habilidades e se destacar em futuras oportunidades de emprego. Essa convergência de opiniões destaca a relevância e o potencial do Programa Primeira Chance em gerar oportunidades mais promissoras para o sucesso profissional dos participantes.

Gráfico 8 - Você acredita que o Programa Primeira Chance pode aumentar suas oportunidades de emprego no futuro?



Fonte: Autor, 2024.

Por fim, o quadro 13 listou as sugestões dos participantes para a melhoria do programa no município de Sumé-PB. Apenas um participante respondeu, propondo que as empresas selecionadas para receber os estagiários expusessem suas necessidades de forma precedente, para que a escola fosse capaz de preparar melhor o aluno para o estágio.

Quadro 13 - Quais sugestões você daria para melhorias no Programa Primeira Chance?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Participante 1	<i>“Conhecer a capacitação das empresas escritas no programa de receber e ensinar os estagiários”</i>
Participante 2	<i>Sem resposta</i>
Participante 3	<i>“Não tenho sugestões de melhoria.”</i>
Participante 4	<i>“Não tenho”</i>

Fonte: Autor, 2024.

4.4 RELATOS DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

O quadro 14 traz relatos informais dos participantes sobre suas experiências, após desenvolverem suas atividades nos estágios ofertados pelo Programa Primeira Chance. O relato mais frequente entre os participantes foi as dificuldades encontradas com seu primeiro contato com o mercado de trabalho e seu desenvolvimento profissional, em decorrência de suas inexperiências com essas áreas. Problemas como a adaptação da rotina de trabalho e estudos foram abordadas por alguns participantes, mostrando a dificuldade em conciliar ambas atividades.

Quadro 14 - Relatos dos Participantes sobre o Programa Primeira Chance

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Participante 1	<i>“...durante os primeiros dias foi um pouco estranho, pois eu estava me adaptando ao ambiente de trabalho, mas ao decorrer do tempo fui me acostumando com a nova rotina e pude perceber que trabalhar em equipe se torna uma atividade mais simples...”</i>
Participante 2	<i>“...foi muito estranho para me adaptar com a rotina e com os afazeres na empresa, mas garanto que isso com o tempo fica muito tranquilo, pude perceber uma evolução grande quando se trata de trabalhar em equipe e saber fazer o que me foi solicitado...”</i>
Participante 3	<i>“...no início não foi fácil, principalmente na adaptação, e para conciliar a escola com o estágio (estudávamos de manhã, de 07h às 12h e estagiávamos na parte da tarde, de 14h às 18h que contabiliza 4h de estágio por dia)...”</i> <i>“...foram 6 meses de muitos aprendizados e podem ter certeza, tudo que foi passado durante o curso tivemos que colocar em prática! O estágio me ajudou muito no trabalho em equipe, e também me ajudou muito a não ter vergonha de perguntar as coisas, de tirar minhas dúvidas, afinal, era um local novo e que eu não era familiarizada com os afazeres da empresa, e que também não poderiam serem feitas de qualquer jeito...”</i>
Participante 4	<i>“...ao início do estágio, em que trabalhei diretamente com atendimento ao público, foi um mundo novo e desafiador. Entretanto, o estágio foi uma experiência valiosa que me ajudou a desenvolver habilidades profissionais e a ganhar uma compreensão mais profunda sobre o mercado de trabalho. Assim afirmo, que o estágio é uma porta de entrada para o mundo profissional podendo abrir muitas portas futuras...”</i>
Participante 5	<i>“...no começo do estágio, foi um pouco complicado, pois eu não fui escolhida na chamada regular, então o meu estágio só foi começar um mês depois. Isso fez com que eu me sentisse um pouco desconexa do ambiente e das pessoas. Mas, com o passar do tempo, comecei a pegar o jeito da coisa, e consegui me enturmar com todos os funcionários da empresa, e nos tornamos uma grande família e grandes amigos...”</i> <i>“...outra informação bastante importante, é que a presença, o comportamento e as notas de vocês na escola, são essenciais para a permanência de vocês no estágio, caso faltem muito, ou tirem notas baixas, infelizmente serão notificados, então se esforcem muito, por que qualquer um pode se inscrever, mas apenas os melhores conseguem passar, permanecer e chegar até o final...”</i>

Participante 6	<i>“...de primeiro momento foi muito estranho para me adaptar com a rotina e com os afazeres na empresa, mas garanto que isso com o tempo fica muito tranquilo, pude perceber uma evolução grande quando se trata de trabalhar em equipe e saber fazer o que me foi solicitado...”</i>
Participante 7	<i>“...no começo eu fiquei quase que desesperada, pois, eu não entendia nada do ramo de material de construção! Quando comecei o estágio senti um medo enorme de não me adaptar com a loja e acabar atrapalhando mais que ajudando...”</i> <i>“...com o tempo eu fui pegando o nome dos produtos, fui ganhando meu espaço aos poucos e hoje sou contratada pela loja...”</i>
Participante 8	<i>“...nos meus primeiros dias foi um pouco complicado, pois eu estava fora do meu lugar de costume, a adaptação foi um pouco turbulenta. Mais com o decorrer do tempo fui me acostumado e me adaptando com o mundo do trabalho...”</i> <i>“...trabalhar em equipe me ajudou a crescer bastante, tanto pessoal, como profissional. Eu posso afirmar a vocês que o estágio vai ser uma das etapas mais importantes das suas vidas, pois será o primeiro contato com o mundo, mais é um mundo que podemos explorar cada vez mais e assim sair do nosso casulo, o mundo é nosso, só basta a gente ter garra e determinação para explorar...”</i>
Participante 9	<i>“...no começo foi um pouco complicado pois mesmo que o curso nós ensinássemos um pouco de como era a vida no mercado de trabalho, era a primeira experiência então isso me cobrou um pouco, já com o decorrer do tempo fui me acostumando com o atendimento ao público, perdendo a vergonha e assim desenvolvendo os aprendizados...”</i> <i>“...o estágio, porém essa experiência que foi útil para o meu currículo me abriu portas no mercado de trabalho...”</i>

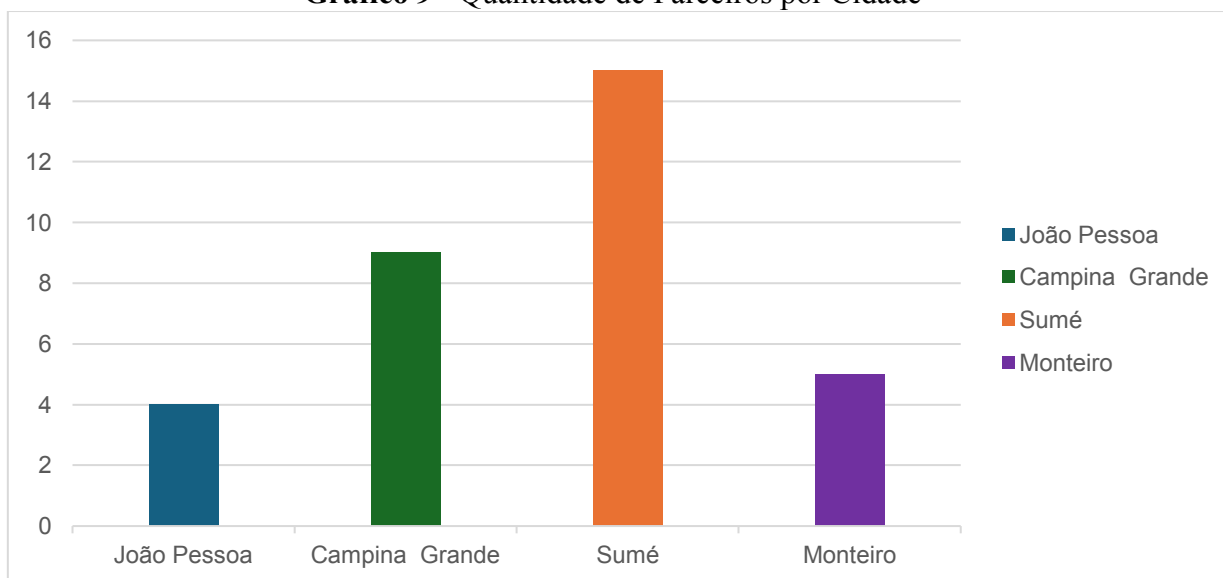
Fonte: ECITE José Gonçalves de Queiroz, 2024.

Em contrapartida, o quadro 1 também foi relatado pontos positivos da experiência dos alunos com o programa. Entre os benefícios destacados, diversos entrevistados exaltaram a fácil adaptação ao ambiente de trabalho, em decorrência da formação técnica que haviam recebido na escola. Em outras palavras, muitos alunos que participaram do programa enfatizaram a importância do Curso de Serviços Públicos, ofertado pela ECITE José Gonçalves de Queiroz, curso esse que por abordar o desenvolvimento e preparo para o mercado de trabalho, tornou a inclusão do aluno no Programa Primeira Chance mais rápida e fácil. Desse modo, alguns participantes exaltaram não só se sentiram mais preparados para ingressar no programa, como também no próprio mercado de trabalho.

4.5 DADOS DO PROGRAMA PRIMEIRA CHANCE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Apesar da implementação recente do Programa Primeira Chance na ECITE José Gonçalves de Queiroz, o município de Sumé-PB conseguiu oficializar parceira com 15 empresas para realização dos estágios, ultrapassando a capital João Pessoa (04 empresas), a cidade de Campina Grande (09 empresas) e Monteiro (05 empresas).

Gráfico 9 - Quantidade de Parceiros por Cidade



Fonte: Autor, 2024.

Em termos de arrecadação tributária, o município de Sumé-PB alcançou um marco significativo ao faturar R\$ 49.750,00 através do Programa Primeira Chance. Essa conquista é importante, notadamente, por dois motivos. Primeiro, demonstra o sucesso e a eficácia do programa em proporcionar oportunidades de emprego e renda para os jovens da região, contribuindo para a redução do desemprego e o desenvolvimento econômico local. Segundo, o aumento da arrecadação municipal proveniente dessas iniciativas pode ser direcionado para melhorias em diversos setores, como educação, saúde e infraestrutura, beneficiando diretamente a qualidade de vida da população e fortalecendo a economia do município como um todo.

Quadro 15 - Valor Arrecadado por Sumé-PB com o Programa Primeira Chance

Valor Final	R\$ 49.750,00
--------------------	---------------

Fonte: Autor, 2024.

Outra opção para a destinação dos recursos, seria o direcionamento desses provimentos para ampliar o próprio Programa Primeira Chance, permitindo a expansão do número de alunos agraciados com estágio anualmente e o tempo de estágio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, foi possível constatar que a temática abordada se revela importante para melhor compreender a realidade do município, dada a complexidade e amplitude de cada sociedade. A investigação realizada permitiu de modo específico entender a relevância da vinculação entre formação escolar e profissional, evidenciando a necessidade de uma análise propositivo sobre a efetividade das políticas públicas de inclusão social destinadas a incorporação de jovens no mercado de trabalho.

Dentro desse contexto, uma das constatações extraídas desse estudo foi a necessidade fulcral de investir na capacitação e preparo do jovem para o mercado de trabalho de modo contínuo, ou seja, incorporando a formação profissional ainda no ambiente escolar.

Em termos teóricos, durante o processo investigativo, foi possível explorar diversas abordagens teóricas e metodológicas, relacionadas a inclusão social, e como elas apresentam um papel importante para integrar o jovem no mercado de trabalho, o que enriqueceu a compreensão e permitiu uma análise mais abrangente e crítica do tema. A revisão da literatura e a análise de estudos de caso proporcionaram *insights* valiosos, contribuindo para a construção de uma estrutura teórica consistente.

De forma operacional, deve ser notabilizado a importância da implantação do Curso de Serviços Públicos na ECITE José Gonçalves de Queiroz como instrumento de preparação entre o ensino e a atuação profissional. Como relatado, o curso se revelou fundamental para a formação e desenvolvimento dos alunos que participaram do Programa Primeira Chance. A atuação ativa no curso, permitiu os alunos desenvolverem habilidades que foram amplamente aplicadas nos estágios, se materializando, assim, como uma ferramenta basilar para uma melhor adaptação.

Outro aspecto relevante a ser destacado, foi a necessidade de uma formação específica para a equipe técnica e docentes da ECITE José Gonçalves de Queiroz, onde a pesquisa mostrou ser o maior desafio encontrado pela escola, uma vez que a Secretaria de Educação do estado não profissionaliza os professores com base nas áreas ofertadas, tornando impositivo aos profissionais envolvidos no projeto, terem que realizar pesquisas e estudos particulares (por conta própria), para desenvolverem as atividades. Logo, este ponto se configura como um desafio a ser enfrentado de forma urgente, demandando ações concretas e estratégias eficazes por parte de todos os atores envolvidos.

Além disso, a análise crítica das evidências e dados coletados permitiu uma visão mais clara das tendências e cenários relacionados ao tema. As tendências emergentes apontam para

o melhor desenvolvimento e capacitação do aluno, por isso é de extrema importância um esquema estruturado e organizado, como uma equipe técnica formada com base nos interesses do programa/escola, o que reforça a importância de se manter atualizado e atento às mudanças e inovações tanto direcionadas a formação educacional como profissional.

Como sugestão, aconselha-se uma ampliação do programa, com proposta de início a partir do 1º ano e finalizando no 3º ano de ensino médio, para que o aluno tenha uma prática mais extensa, dessa forma tornando-os mais experientes para o mercado de trabalho. Também se recomenda a capacitação da equipe técnica e docentes, para um melhor desenvolvimento nas áreas abordadas.

Como relevância, deve ser exaltado que o Programa Primeira Chance gera para os alunos envolvidos as oportunidades de: 1) terem a primeira experiência no mercado de trabalho; 2) ganharem uma bolsa de estudo; e 3) poderem ser efetivados (desse modo, mudando a sua vida e de suas respectivas famílias).

Como síntese, este trabalho representou não apenas uma contribuição para o conhecimento científico, mas também uma oportunidade de engajamento e transformação social. Os desafios e oportunidades identificados ao longo desta pesquisa apontam para caminhos possíveis e necessários para enfrentar os dilemas e construir um futuro mais justo e equitativo.

Como nota reflexiva, deve ser mencionado que a complexidade do tema abordado neste estudo conduziu a uma jornada de descobertas e reflexões profundas. O aprofundamento nas discussões sobre a efetividade das políticas públicas de inclusão social, a partir do estudo de caso do Programa Primeira Chance em Sumé-PB, revelou nuances e aspectos que exigem uma abordagem multidisciplinar e holística para a compreensão e enfrentamento da inserção do jovem no mercado de trabalho contemporâneo.

Como desfecho, se alude para a necessidade de se promover a disseminação dos resultados e conclusões deste estudo, de modo a ampliar o impacto e a relevância das informações geradas. A divulgação dos achados pode ocorrer por meio de publicações acadêmicas, eventos científicos, mídias especializadas e ações de engajamento com a sociedade. Desse modo, dando mais visibilidade ao programa, para que ocasione mais oportunidades e parceiros para o desenvolvimento e benefícios, para os estudantes e famílias agraciadas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. F. et al. PROGRAMA DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO PRIMEIRA CHANCE: DADOS E IMPACTO NA PARAÍBA. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID23656_TB8059_23082023172733.pdf. Acesso em: 1 de maio de 2024.

AZEVEDO, A. M. F. de; SOBRAL, M. L. S. Políticas públicas inclusivas no Brasil e o contexto internacional: diálogos sobre inclusão e deficiência. **Revista Moara**. Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, v. 1, n. 45, p. 32, 2 set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/moara.v1i45.3705>. Acesso em: 16 de março de 2024.

BESSA, L. **O que é inclusão social**. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/inclusao-social/>. Acesso em: 06 de março de 2024.

CARVALHO, A. et al. **Políticas públicas**. Minas Gerais: UFMG, 2003. E-book. ISBN 85-7041-293-2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FsafZXeaolMC&oi=fnd&pg=PA9&dq=info:JAKUS4Tass0J:scholar.google.com/&ots=4H71teJsXg&sig=HwBFwFZMBY35gkSDwx2f_WogtuQ#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 12 de março de 2024.

CRUZ, G. O.; ARRUDA, A. L. **Inclusão Social**: Um olhar no sistema sociocultural e educacional. 1. Revista Eletrônica Saberes da Educação, 2014. v. 5. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Gilvan.pdf. Acesso em: 09 de março de 2024.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2005, v. 35, n. 124, pp. 11-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>>. EPUB 10 ago. 2005. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>. Acessado em: 12 de março de 2024.

DELLANI, M.; MORAES, D. **Inclusão**: caminhos, encontros e descobertas. Disponível em: <https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/2a2c36d25e854feca817f99f6576287450_1.pdf>. Acesso em: 9 de março de 2024.

ECITE JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ. Vamos de sextou interativo? Se você foi estagiário do nosso curso no ano de 2023, conta nos comentários como foi sua experiência, seus aprendizados e dificuldades. Sumé -PB. 05 de Abr. 2024. Instagram: @tecservicospublicosjgq. Disponível em: <https://www.instagram.com/tecservicospublicosjgq?igsh=NjhiaGp6c2JhMGp3>. Acesso em: 04 de maio de 2024.

FRANÇA, S. **Inclusão no mercado de trabalho**: tipos de inclusão e como promovê-la. 24 out. 2023. Disponível em: <https://www.humansolutionsbrasil.com.br/artigos/inclusao-mercado-trabalho>. Acesso em: 18 de março de 2024.

CNN BRASIL. **Inclusão social:** entenda o que é, importância, exemplos e como promover. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/inclusao-social/>. Acesso em: 09 de março de 2024.

IBGE. **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022.** 6 dez. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022#:~:text=O%20número%20de%20jovens%20que,milhões%20\(20,1%\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022#:~:text=O%20número%20de%20jovens%20que,milhões%20(20,1%).) Acesso em: 18 de março de 2024.

MAZZOTTA, M. J.; D'ANTINO, M. E. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais:** cultura, educação e lazer. 2. ed. São Paulo: Saúde Soc., 2011. 377-389 p. v. 20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFSS5H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 de março de 2024.

MEYER, D. E. et al. **Políticas públicas:** imperativos e promessas de inclusão social. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, n. 85, p. 1001-1026, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362014000400007>. Acesso em: 14 de março de 2024.

NUNES, M. B. de A.; FERNANDEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 64-72, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100007>. Acesso em: 16 de mar. 2024.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Guia oferece estratégia de inclusão de jovens no mercado de trabalho.** 2 dez. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/209995-oit-guia-oferece-estratégia-de-inclusão-de-jovens-no-mercado-de-trabalho#:~:text=No%20Brasil,%20a%20Lei%20da,cujas%20funções%20requeiram%20formação%20profissional>. Acesso em: 18 de março de 2024.

PADILHA, P. V. **A Inserção do jovem no mercado de trabalho e políticas públicas de primeiro emprego no Brasil (2003-2008).** Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Economia, Pantheon UFRJ, p. 4-47, 2010. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2420/1/PVMPadilha.pdf&ved=2ahUKEwjb4O7NocSFAXUhErkGHTHBA1YQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw3YT0PSdIZwsWxhTGT0Glrk>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

PENA, R. F. **Inclusão social: A inclusão social perpassa pelo atendimento das necessidades de todas as pessoas que, de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em: 09 de março de 2024.

PREFEITURA DE SUMÉ. Imprensa. **Empresas de Sumé já podem aderir ao Programa Primeira Chance.** Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/2023/06/empresas-de-sume-ja-podem-aderir-ao-programa-primeira-chance/>. Acesso em: 20 de março de 2024.

_____. Secretaria de educação. **Programa Primeira Chance.** Disponível em: <http://primeirachance.see.pb.gov.br/>. Acesso em: 18 de abril de 2024

_____. Secretaria de educação. **Programa Primeira Chance**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/primeira-chance>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

SILVA, A. B.; COSTA, A. V. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. Id on-line, **Revista multidisciplinar e de psicologia**, v. 13, n. 43, p. 967-981, 2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1571&ved=2ahUKEwj3juymoMSFAxXyLLkGHb6KAHwQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw3ZqQy2zgWZK5WqoTSn7ARq>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO COM A DIRETORA DA ESCOLA

1. Quais foram os principais desafios encontrados pela escola ao implementar o Programa Primeira Chance e como foram abordados?
2. Houve alguma mudança perceptível na cultura escolar e no ambiente de aprendizagem devido à participação no Programa Primeira Chance?
3. Houve mudanças na gestão do tempo e recursos dos professores para acomodar as atividades e demandas do Programa Primeira Chance?
4. O Programa Primeira Chance gerou alguma necessidade de treinamento ou capacitação adicional para os professores e equipe administrativa da escola?
5. O Programa Primeira Chance exigiu ajustes significativos no planejamento escolar, como horários, calendários ou programas específicos?
6. Quais são os planos futuros da escola para integrar ainda mais os benefícios e aprendizados do Programa Primeira Chance na estrutura e planejamento educacional?

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO COM A COORDENADORA

1. Como o Programa Primeira Chance influenciou o desempenho acadêmico dos alunos?
2. Qual foi a taxa de participação dos alunos no Programa Primeira Chance e como isso se refletiu em sua motivação e engajamento?
3. Houve alguma melhoria perceptível na frequência dos alunos desde a implementação do programa?
4. Quais são os principais benefícios que a equipe pedagógica observou nos alunos participantes do Programa Primeira Chance?
5. Houve algum impacto tangível na preparação dos alunos para a transição para o próximo nível educacional ou para o mercado de trabalho após participarem do programa?
6. Como o Programa Primeira Chance se alinha aos objetivos e valores da escola em termos de desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos?